Demonstrações contábeis regulatórias em 31 de dezembro de 2020 com relatório do auditor independente

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	5
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	14



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2020.

1) A companhia

A ETIM é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 25 de maio de 2001 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, nº 955, sala 1510, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial em Minas Gerais.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH, que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico - segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas):

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km: 212,53
Tensão em kV: 500
Subestações: 2

3) Desempenho Financeiro:

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 45.488.116 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 e R\$ 45.488.116 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2020 e 2019 são:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Liquidez geral	10,46	5,55
Liquidez corrente	2,49	1,42
Relação patrimônio líquido/ativo	90,44%	81,97%
Relação passivo não circulante/ativo	3,49%	2,59%
Rentabilidade do patrimônio líquido	12,82%	24,16%
Relação lucro operacional/Patr. líquido	17,05%	30,20%
Ativo total	180.613	194.469
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	(20.944)	(38.515)

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício

A Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de março de 2021.

Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de junho de 2020, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com [a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade Contador CRC RJ-086312/O-6

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.690	18.305
Concessionárias e permissionárias	7	4.729	4.615
Contas a receber - partes relacionadas	27	1.821	17.772
Estoques	8	1.578	969
Adiantamento a fornecedores		430	512
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.362	-
Outros impostos a recuperar		10	3
Outros ativos circulantes		629	384
		27.249	42.560
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	9	32.237	34.943
Outros ativos não circulantes	10	7.247	2.700
Imobilizado não vinculado à concessão	11	792	894
Imobilizado	11	112.020	112.260
Intangível	12	1.069	1.110
		153.365	151.907
Total do ativo		180.614	194.467

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	13	3.134	659
Fornecedores - partes relacionadas	27	319	366
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	1.999	15.041
Outros impostos a pagar	14	539	1.961
Taxas regulamentares	15	2.879	2.752
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	19	538	7.983
Outros passivos circulantes	16	1.548	1.258
	_	10.956	30.020
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	17	1.841	686
Outros passivos não circulantes	18	4.469	4.350
	_	6.310	5.036
Patrimônio líquido	19		
Capital social		88.109	88.109
Reservas especial de ágio		46.369	46.369
Reserva de Lucros		102.949	66.130
Reserva Legal		11.700	11.700
Prejuízo acumulado	_	(85.779)	(52.897)
		163.348	159.411
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>-</u>	180.614	194.467

Demonstrações dos resultados 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida Custo da operação	20	40.615 (10.085)	60.897 (10.246)
Lucro bruto		30.530	50.651
Despesas gerais e administrativas Outras despesas/receitas operacionais	22	(2.084) (593)	(1.948) (555)
Lucro antes do resultado financeiro		27.853	48.148
Resultado financeiro Receita financeira Despesa financeira	24	(2.265) 373 (2.638)	2.837 3.046 (209)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		25.588	50.985
Imposto de renda e contribuição social	25	(4.645)	(12.470)
Lucro líquido do exercício		20.943	38.515

Demonstrações dos resultados abrangentes 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	20.943	38.515
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	20.943	38.515

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					
	Capital	Reserva	Reserva	Retenção	Prejuízos	
<u> </u>	social	especial de ágio	legal	de lucros	Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	88.109	46.369	11.700	88.246	(60.642)	173.782
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	38.515	38.515
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(9.355)	-	(9.355)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	30.770	(30.770)	· · · · -
Dividendos adicionais conf. AGO de 30 de abril de 2019	-	-	-	(43.531)	` <u>-</u>	(43.531)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	88.109	46.369	11.700	66.130	(52.897)	159.411
Lucro líquido do exercício	_	_	_	_	20.943	20.943
Dividendos propostos	_	-	-	-	(538)	(538)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	_	-	53.287	(53.287)	-
Dividendos adicionais conf. AGO de 08 de julho de 2020	-	-	-	(16.468)	· ,	(16.468)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	88.109	46.369	11.700	102.949	(85.779)	163.348

Demonstrações dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais Lucro do exercício antes dos impostos Itens de resultado que não afetam o caixa	25.589	50.985
Depreciação e amortização	5.906	5.887
Provisão para perda de crédito esperada	8	30
Provisão para contingência	1.155	38
Outras provisões	119	244
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(121)	3.536
Contas a receber - partes relacionadas	15.951	1
Estoques	(609)	-
Impostos a recuperar	(1.368)	(84)
Adiantamentos a fornecedores	83	(51)
Outros ativos	(21.262)	(1.999)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores diversos e partes relacionadas	2.425	368
Tributos e contribuições sociais	(326)	(27)
Taxas regulamentares	127	(953)
Outros passivos	290	(293)
Impostos pagos	(16.078)	(7.253)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	11.889	50.429
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	(5.522)	(4.159)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(5.522)	(4.159)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(31)	(60.248)
Juros sobre capital próprio pagos	(7.951)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(7.982)	(60.248)
(Redução)/ Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(1.615)	(13.978)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.305	32.283
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	16.690	18.305

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("Companhia" ou "ETIM"), é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 25 de maio de 2001 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, nr.955, sala 1510, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial em Minas Gerais.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH, que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 23 de junho de 2004 e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 31 de outubro de 2017 ocorreu uma reestruturação societária entre empresas investidas pela SGBH. Nesta operação societária que foi aprovada através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016, a Companhia realizou uma operação de incorporação reversa com sua controlada direta SGBH-T.

1.1. Da concessão

Em 15 de agosto de 2002, o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor do Leilão Público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à interligação da subestação Itumbiara à subestação Marimbondo, ambas no Estado de Minas Gerais. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 4 de dezembro de 2002, foi publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 2002.

No dia 20 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a União o contrato o Contrato de Concessão nº 86/2002 - Interligação Itumbiara-Marimbondo, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em áreas do Estado de Minas Gerais, para implantação, operação e manutenção da instalação de linha de transmissão 500 kV Itumbiara-Marimbondo, com extensão aproximada de 210 km, com origem na subestação 500 kV Itumbiara e término na subestação 500 kV Marimbondo.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 26.250 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão

Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 45.488 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 48.459 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Coronavírus (COVID-19)

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo n° 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde.

Medidas de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, as quais foram adotadas pelas companhias do Grupo, com destaque para as seguintes:

- (i) Postergação do recolhimento do PIS e da Cofins, assim como da contribuição previdenciária relativos às competências de abril e maio para os meses de agosto e outubro de 2020.
- (ii) Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, o qual deverá ser pago a partir de julho e poderá ser parcelado em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020.
- (iii) Redução das alíquotas das contribuições de serviços sociais autônomos no período compreendido entre abril e junho de 2020.
- (iv) Prorrogação dos prazos para a entrega das obrigações acessórias, como DCTF e EFD, entre outras.

A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão deste relatório, tem caráter temporário e servirá para mitigar possíveis impactos da pandemia nos próximos três meses, em média. Por esse motivo, não produzem alteração no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia no exercício de 2020.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia decidiu adotar algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Entre essas medidas, destacam-se as seguintes:

- (i) Adoção de trabalho em casa para seus funcionários, para evitar deslocamento e risco potencial de contágio
- (ii) Implementação do Protocolo Covid-19 de Condição e Comportamento de Trabalho Seguro, que estabelece diretrizes para proteger as pessoas em cada local de trabalho e ambientes, veículos, atividades e viagens;
- (iii) Webinar de Retorno de Trabalho Seguro aplicado a todos os funcionários, a fim de compartilhar as novas regras e rotinas a serem aplicadas a nível da empresa;
- (iv) Retorno de Trabalho Seguro aplicado em 3 fases para retorno do escritório do Rio;
- (v) Para reduzir a exposição ao risco de contágio dos empregados que utilizam o transporte público e puderam retornar ao trabalho no Rio Office, a empresa disponibilizou transporte individual gratuito para os que necessitassem;
- (vi) Adoção de novos testes confiáveis e indolores conhecidos como RT-Lamp;
- (vii) Testes preventivos de rotina em massa aplicados aos funcionários para identificar precocemente a infecção da Covid19 e prevenir contágio posterior a outros funcionários, terceiros e sociedade;
- (viii) Testes de rotina aplicados a casos suspeitos;
- (ix) Intensificação das rotinas de limpeza e higienização de todas as unidades de trabalho;
- (x) Sinalização informativa aplicada a todas as unidades;
- (xi) Distanciamento social aplicado em escritórios, veículos, atividades, treinamentos, restaurantes;
- (xii) Fornecer EPI adequado e reforçar a necessidade de seu uso correto;
- (xiii) Intensificação da higienização e higienização das mãos com álcool 70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Impacto nas demonstrações financeiras

No exercício de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA).
- (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações.

Os impactos no ano de 2020 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da empresa que impactaram o Fluxo de Caixa.

No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Nos primeiros meses do ano esta conta registrou perdas, que, no entanto, foram parcialmente compensadas nos meses do segundo semestre do ano, gerando baixo impacto, ainda que negativo, no acumulado do ano de 2020. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,9% da RAP.

No que tange às despesas, o mesmo se verificou. Os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exames médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio de 0,6% no total anual das despesas, patamar considerado imaterial.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 30 de abril de 2021.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 11 - Imobilizado e 12 - Intangível.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em "Em Serviço" e "Em Curso". Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

4.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2020, são as seguintes:

- Contratos onerosos (alterações ao CPC 25)
- Reforma de taxas de juros de referência Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27)
- Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

5. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

			31/12/2020			31/12/2019	
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		27.249	36.533	63.782	42.560	34.866	77.426
Caixa e equivalentes de caixa	•	16.690	-	16.690	18.305	-	18.305
Concessionárias e permissionárias		4.729	-	4.729	4.615	-	4.615
Contas a receber – partes relacionadas		1.821	-	1.821	17.772	-	17.772
Estoques		1.578	-	1.578	969	-	969
Adiantamentos a fornecedores		430	-	430	512	-	512
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.362	-	1.362	-	-	-
Outros impostos a recuperar		10	-	10	3	-	3
Ativos de contrato	а	-	36.533	36.533	-	34.866	34.866
Outros ativos circulantes		629	-	629	384	-	384
Ativo não circulante		153.365	15.642	169.007	151.907	13.516	165.423
Ativos de contrato	а	-	128.567	128.567	-	126.725	126.725
Impostos diferidos		32.237	-	32.237	34.943	-	34.943
Outros ativos não circulantes		7.247	-	7.247	2.700	-	2.700
Imobilizado não vinculado à concessão		792	-	792	894	-	894
Imobilizado	b	112.020	(111.856)	164	112.260	(112.119)	141
Intangível	b	1.069	(1.069)	-	1.110	(1.090)	20
		180.614	52.175	232.789	194.467	48.382	242.849

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Nota	Regulatório					
	Regulatorio	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
	10.956	-	10.956	30.020	<u>-</u>	30.020
	3.134	-	3.134	659	-	659
	319	-	319	366	-	366
	1.999	-	1.999	15.041	-	15.041
	539	-	539	1.961		1.961
	2.879	-	2.879	2.752	-	2.752
	538	-	538	7.983	-	7.983
	1.548	-	1.548	1.258	-	1.258
	6.310	11.110	17.420	5.036	40.199	45.235
	1.841	_	1.841	686	-	686
С	-	11.110	11.110	-	40.199	40.199
	4.469	-	4.469	4.350	-	4.350
	163.348	41.065	204.413	159.411	8.183	167.594
	88.109	_	88.109	88.109	-	88.109
	46.369	-	46.369	46.369	-	46.369
	102.949	(44.714)	58.235	66.130	(44.714)	21.416
	11.700	` <u>-</u>	11.700	11.700	· , , , -	11.700
d/e	(85.779)	85.779	-	(52.897)	52.897	-
	180.614	52.175	232.789	194.467	48.382	242.849
		3.134 319 1.999 539 2.879 538 1.548 6.310 1.841 c	3.134	3.134 - 3.134 319 - 319 1.999 - 1.999 539 - 539 2.879 - 2.879 538 - 538 1.548 - 1.548 6.310 11.110 17.420 1.841 - 1.841 - 11.110 11.110 4.469 - 4.469 163.348 41.065 204.413 88.109 - 88.109 46.369 - 46.369 102.949 (44.714) 58.235 11.700 - 11.700 d/e (85.779) 85.779 -	3.134 - 3.134 659 319 - 319 366 1.999 - 1.999 15.041 539 - 539 1.961 2.879 - 2.879 2.752 538 - 538 7.983 1.548 - 1.548 1.258 6.310 11.110 17.420 5.036 1.841 - 1.841 686 2 - 11.110 11.110 - 4.469 - 4.469 4.350 46.369 - 46.369 46.369 46.369 - 46.369 46.369 102.949 (44.714) 58.235 66.130 11.700 - 11.700 11.700 d/e (85.779) 85.779 - (52.897)	3.134 - 3.134 659 - 319 - 319 366 - 1.999 - 1.999 15.041 - 539 - 539 1.961 - 2.879 - 2.879 2.752 - 538 - 538 7.983 - 1.548 - 1.548 1.258 - 6.310 11.110 17.420 5.036 40.199 1.841 - 1.841 686 - - - 11.110 11.110 - 40.199 4.469 - 4.469 4.350 - 40.199 4.469 - 4.469 4.350 - - 46.348 41.065 204.413 159.411 8.183 88.109 - 88.109 - - 46.369 - 46.369 46.369 - 102.949 (44.714) 58.235 66.130 (44.714) 11.700 - 11.700 11.700

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Nota		31/12/2020		31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	40.615	3.859	44.474	60.897	(13.144)	47.753
Custo de construção e operação	е	(10.085)	(210)	(10.295)	(10.246)	2.371	(7.875)
Lucro bruto		30.530	3.649	34.179	50.651	(10.773)	39.878
Despesas gerais e administrativas Outras (despesas) / receitas operacionais		(2.084) (593)		(2.084) (593)	(1.948) (555)	- -	(1.948) (555)
Resultado antes do resultado financeiro		27.853	3.649	31.502	48.148	(10.773)	37.375
Resultado financeiro Receita financeira Despesa financeira		(2.265) 373 (2.638)	- - -	(2.265) 373 (2.638)	2.837 3.046 (209)	- -	2.837 3.046 (209)
Lucro antes dos impostos sobre lucros		25.588	3.649	29.237	50.985	(10.773)	40.212
Imposto de renda e contribuição social	С	(4.645)	29.234	24.589	(12.470)	3.028	(9.442)
Lucro líquido do exercício		20.943	32.883	53.826	38.515	(7.745)	30.770

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

5.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio Líquido Societário	318.833	299.236
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(383.026)	(377.751)
Imobilizado	266.486	277.487
Intangivel	578	579
Impostos Diferidos Passivos	25.778	25.413
Patrimônio Líquido Regulatório	228.649	224.964
5.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório	31/12/2020	31/12/2019
	01/12/2020	01/12/2013
Lucro (Prejuízo) Líquido Societário	19.785	19.503
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(39.730)	(39.134)
Margem de construção	33.389	34.078
Outras receitas	947	(563)
PIS/COFINS Diferido	198	228
Depreciação regulatória	(10.883)	(10.882)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	167	192
Lucro (Prejuízo) Líquido Regulatório	3.873	3.422

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual".

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas á formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

d) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- b) Remuneração do ativo contratual de concessão Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- c) Receita de operação e manutenção Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	1	1
Banco	582	221
Aplicações financeiras	16.107	18.083
	16.690	18.305

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 101,42% do CDI.

7. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	3.925	3.693
Vencidas até 30 dias	2	18
Vencidas até 60 dias	2	5
Vencidas até 90 dias	1	4
Vencidas até 120 dias	1	11
Vencidas até 180 dias	2	29
Vencidas há mais de 180 dias	901	952
	4.834	4.712
(-) PCE	(105)	(97)
	4.729	4.615

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessários ajustes a valor presente. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2020	31/12/2019	
Calda am 10 da janaira	(07)	(67)	
Saldo em 1º de janeiro	(97)	(67)	
Reversão	20	(30)	
Adição	(28)	<u>-</u>	
Saldo em 31 de dezembro	(105)	(97)	

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

8. Estoque

	31/12/2020	31/12/2019
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	1.578	969
	1.578	969

⁽i) As peças de almoxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do ano, podendo existir uma reclassificação anual de uma estimativa de O&M para ajuste de curto e longo prazo.

9. Impostos diferidos

	31/12/2020	31/12/2019
Impostos diferidos ativos (i)	32.237	34.943
. ,	32.237	34.943

(i) Saldo ativo refere-se ao crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição da controlada SGBH-T, os quais foram incorporados. O benefício será realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram.

10. Outros ativos não circulantes

	31/12/2020	31/12/2019	
Depósitos judiciais	5.406	2.700	
Contingencias (i)	1.841	-	
	7.247	2.700	

(i) Valor refere-se a reembolso para as contingências fiscais apresentadas como prováveis conforme firmado no contrato de compra e venda, onde a Companhia comprometeu –se a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas nos termos e condições previstos no Contrato

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

11. Imobilizado

11.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2019	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2020	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	192.518	43	(207)	-	192.354	(164)	(91.210)	101.144	107.001
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.978	-	-	-	1.978	-	(1.093)	885	952
Máquinas e equipamentos	189.928	43	(207)	-	189.764	(164)	(89.564)	100.200	105.954
Veículos	602	-	` -	-	602	` -	(546)	56	91
Móveis e utensílios	10	-	-	-	10	-	(7)	3	4
Administração	43	_	_	39	82	39	(17)	65	35
Máquinas e equipamentos	43	-	-	39	82	39	(17)	65	35
	192.561	43	(207)	39	192.436	(125)	(91.227)	101.209	107.036
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	5.119	6.667	(1.073)	-	10.713	5.594	-	10.713	5.119
Máquinas e equipamentos	128	18	(115)	-	31	(97)	-	31	128
Outros	4.991	6.649	(958)	-	10.682	5.691	-	10.682	4.991
Administração	105	32	_	(39)	98	(7)	-	98	105
Máquinas e equipamentos Outros	105	32	-	(39)	98	(7)	-	98	105
	5.224	6.699	(1.073)	(39)	10.811	5.587	-	10.811	5.224
Ativo imobilizado	197.785	6.742	(1.280)	-	203.247	5.462	(91.227)	112.020	112.260

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

11.2. Taxas de depreciação

			31/12/2019		
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	192.354	(91.210)	101.144	107.001
Administração	7,51%	82	(17)	65	35
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	1.518	(781)	737	135
Ç	•	193.954	(92.008)	101.946	107.171

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e Utensílios	6,25%

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

11.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2020

Adições do ativo imobilizado em curso	Valor
Máquinas e Equipamentos	18
Veículos	46
Desenvolvimento de Projetos	3.063
Adiantamentos a Fornecedores	3.540
	6.667

11.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2020

Descrição do bem	Grupo	Valor
CONJUNTO DE PECAS (3X 800GB FLASH DRIVEO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	43

Administração	Grupo	Valor
NOTEBOOK DELL LATITUDE 14 7000 SERIES	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	5
NOTEBOOK DELL LATITUDE 14 7000 SERIES	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	5
NOTEBOOK DELL LATITUDE SERIE 3000	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	13
NOTEBOOK DELL VOSTRO 14 5000	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	8
MONITOR DELL DE 27"	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	2
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	6

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

11.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço 2020

Descrição do bem	Grupo	Valor
	MAQUINAS E	
TERMOGRAFO INFRAVERMELHO TH 7800N	EQUIPAMENTOS	55
	MAQUINAS E	
FABRICANTE ITAIPU TRIFASICO 138 KV 60 HZ 209 A № DE SERIE 54241	EQUIPAMENTOS	25
	MAQUINAS E	
FABRICANTE ITAIPU TRIFASICO 138 KV 60 HZ 209 A № DE SERIE 54240	EQUIPAMENTOS	25
	MAQUINAS E	
TESTADOR DE BATERIAS ESTACIONARIAS VERSAO FULL	EQUIPAMENTOS	16
	MAQUINAS E	
PRENSA HIDRAULICA PARA CORTE MAX 55MM KLAUKE HSG55	EQUIPAMENTOS	12
	MAQUINAS E	
SCOPEL VIETER PARA MEDICOES DE ALTAS	EQUIPAMENTOS	11
	MAQUINAS E	
PAINEL DE COMANDO AUTOMATICO	EQUIPAMENTOS	7
	MAQUINAS E	
INVERSOR ESTATICO ISP 30KVA 125VCO/220VCA SENOIDA	EQUIPAMENTOS	5
	MAQUINAS E	
INVERSOR ESTATICO ISP 30KVA 125VCO/220VCA SENOIDA	EQUIPAMENTOS	5
ESTACAO DE TRABALHO DELL PRECISION T3500 COM ENERGY STAR		
ALTOFALANTE AX210 USB STEREO MOUSE OPTICO DELL COM 6 BOTOES		
DVD COM DRIVES PARA REINSTALACAO PRECISION T3500 TECLADO EM		
PORTUGUES SOFTWARE NORTON INTERNET SECURITY 2011 COM LICENCA	EQUIPAMENTOS DE	
PARA 36 MES	INFORMATICA	5

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

12. Intangível 12.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2019		Transf. (c)	Valor em 31/12/2020	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.		Valor líquido em 31/12/2019
Ativo intangível em serviço								
Transmissão	1.118	3 -	. 5	1.123	5	(58)	1.065	1.086
Servidões	898	3 -	-	898	<u> </u>	-	898	898
Softwares	220	-	5	225	5	(58)	167	188
Administração	150	-	. <u>-</u>	150		(150)	-	20
Softwares	150	-	-	150	-	(150)	-	20
	1.268		. 5	1.273	5	(208)	1.065	1.106
Ativo intangível em curso	4	1 5	(5)	4	-	-	4	4
Transmissão	4	5	(5)	4	-	-	4	4
Softwares								
	4	5	(5)	4		-	4	4
Ativo Intangível	1.272	2 5	-	1.277	5	(208)	1.069	1.110

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

12.2. Taxas de amortização

			31/12/2020		31/12/2019
	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	1.123	(58)	1.065	1.086
Administração	10,00%	150	(150)	-	20
	_	1.273	(208)	1.065	1.106

(i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

12.3. Principais aquisições do ativo intangível em curso em 2020

Não houve aquisição de ativo intangível em curso no exercício de 2020.

12.4. Principais adições do ativo intangível em serviço em 2020

Intangível - Transmissão	Grupo	Valor
LICENCA DE USO DE SOFTWARE	SOFTWARE	5

12.5. Principais baixas do ativo intangível em serviço 2020

Não houve baixa de ativo intangível no exercício de 2020.

13. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019	
Fornecedores relacionados à construção (i)	2.897	35	
Gastos ambientais e fundiários	56	10	
Prestadores de serviços	33	125	
Outros	148	489	
	3.134	659	

⁽i) Variação refere-se substancialmente fornecedor de obras de projeto de melhoria Retrofit sistema de proteção e controle. Notas fiscais serão pagas conforme entrega dos projetos

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

14. Impostos e contribuições sociais a pagar

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ (i)	1.436	11.148
CSLL (i)	563	3.893
	1.999	15.041
PIS COFINS IRRF retido na fonte	23 107 50	21 97 1.454
Outros	359	389
	539	1.961

⁽i) Variação refere-se substancialmente a recalculo dos impostos correntes de 2018 e 2019 devido a mudança dos cálculos do ICPC 01 (R1), gerando um pagamento a realizar em 2020. E a mudança de regime em 2020 de lucro real para o lucro presumido

15. Taxas regulamentares

	31/12/2020	31/12/2019	
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	710	797	
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	136	134	
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	2.033	1.821	
	2.879	2.752	

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 14 de agosto de 2020, através do Despacho 2.403/2020 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 122.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 28 de julho de 2020, através do Despacho 2.212 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 177.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

16. Outros passivos circulantes

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de Férias	807	605
Provisão de Bônus	641	487
Provisão 13 salário	-	-
Tributos retidos	98	165
Outros	2	1
	1.548	1.258

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

17. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível e tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Fiscal (i)	1.740	686
Servidão (i)	101	-
	1.841	686

(i) Processos novos da companhia provisionados ao longo de 2020.

A movimentação dos processos prováveis está apresentada a seguir:

	Fiscais	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	686		686
Adições e reversões, líquidas	1.054	101	1.155
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.740	101	1.841

Contingências possíveis (não provisionados):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Fiscal (i)	41.538	3.427
	41.538	3.427

(i) Variação refere-se a processos novos da companhia iniciados ao longo de 2020.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

18. Outros passivos não circulantes

	31/12/2020	31/12/2019	
Outras provisões passivas (i)	4.350	4.106	
Atualização monetária	119	244	
	4.469	4.350	

(i) Nesse grupo estão as atualizações monetárias dos pagamentos de benefícios dos funcionários expatriados

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 88.109, dividido em 88.109 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2020 e 2019
SGBH International Grid Holding Limited	99,99% 0,01%
-	100%

b) Reserva especial de ágio

A Reserva especial de ágio foi constituída decorrente do acervo líquido resultante da incorporação reversa da SGBH-T na ETIM em 31 de outubro de 2017.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. No ano de 2019 e 2018 não foi constituída a reserva legal, pois o limite previsto na Lei foi atingido.

d) Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

e) <u>Dividendos e Juros sobre Capital Próprio</u>

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	53.826	30.770
Base de cálculo para os dividendos	53.826	30.770
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	538	308
Provisão de juros sobre capital próprio	-	(9.355)

Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 9.355 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 1.403, o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 7.951. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo. O valor de R\$ 32 foi pago em 06 de agosto de 2020.

Em 2020 houve ajuste de dividendos contra a conta de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 16.468 devido a reapresentação das demonstrações financeiras de 01/01/2018 e 31/12/2018 referente a adoção do CPC 47 conforme informado na ata de distribuição de resultado de 08 de julho de 2020.

20. Receita operacional líquida

	31/12/2020	31/12/2019	
Receita operacional bruta	44.831	66.458	
Receita de rateio de antecipação	(867)	(46)	
Receita de encargos de transmissão	46.969	64.366	
Receita de novas obras RBNI	5	-	
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(1.870)	(3.250)	
Indisponibilidade de equipamentos	(960)	31	
Receita RMEL	89	14	
Descontos Incidentes na TUST	1.465	5.343	
Deduções da receita operacional	(4.216)	(5.561)	
PIS	(294)	(432)	
COFINS	(1.356)	(1.993)	
P&D	(406)	(609)	
RGR	(1.993)	(2.301)	
TFSEE	(167)	(226)	
	40.615	60.897	

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

21. Custo de operação e construção

	31/12/2020	
Pessoal	(2.268)	(2.089)
Material	(102)	(253)
Serviços de terceiros	(1.109)	(817)
Depreciação e amortização	(5.870)	(5.884)
Gastos diversos (i)	(605)	(1.104)
Outros	(131)	(99)
	(10.085)	(10.246)

(i) Variação refere-se substancialmente a redução dos gastos de telecomunicação, hospedagem e contribuição de associados da ONS devido a reavaliação de cobrança.

22. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(1.705)	(1.863)
Administradores	(246)	(381)
Material	(53)	(43)
Serviços de terceiros	(424)	(705)
Arrendamentos e aluguéis	(90)	(85)
Doações	-	(289)
Provisão/reversão	598	(31)
Tributos	(5)	(3)
Depreciação e amortização	(29)	(30)
Outras (i)	(130)	1.482
	(2.084)	(1.948)

(i) Variação refere-se substancialmente a redução de recuperação de despesas devido a ajuste de inventário de almoxarifado e pagamento de bônus para os funcionários da Matrinchã e Guaraciba em 2019.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

23. Despesas com pessoal

Pessoal – operação	pal – operação 31/12/2020 31/12/	
Remuneração	(1.429)	(1.308)
Encargos	(548)	(474)
Outros Benefícios - Corrente	(267)	(309)
Outros	(24)	2
	(2.268)	(2.089)
Pessoal - administração	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	(888)	(956)

r essuai - auiiiiiisti açau	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	(888)	(956)
Encargos	(388)	(479)
Benefícios	(212)	(165)
Outros	(217)	(263)
	(1.705)	(1.863)
	(3.973)	(3.952)
		-

24. Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Receita financeira	373	3.046
Receitas de aplicações financeiras	369	2.655
Outras receitas financeiras	4	540
Tributos sobre receitas financeiras	-	(149)
Despesa financeira	(2.638)	(209)
Juros e multas(i)	(2.550)	(102)
Outras despesas financeiras	(88)	(107)
	(2.265)	2.837

⁽i) Variação refere-se substancialmente a juros e multas referente a reapuração de IRPJ e CSLL devido a mudança do cálculo de ativo financeiro nos anos de 2018 e 2019.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

25. Conciliação de imposto de renda e contribuição social (lucro presumido)

	31/12/2020
Receitas brutas	45.271
Base de cálculo (8%)	3.622
Outras receitas	458_
Base de cálculo	4.080
IR devido	(1.014)
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores	(288)
(+) IR diferido / Outros	(1.989)
Total de IRPJ	(3.291)
	31/12/2020
Receitas brutas	45.271
Base de cálculo (12%)	5.433
Outras receitas	458
Base de cálculo	5.891
Base de cálculo CSLL devida	
CSLL devida Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	5.891
CSLL devida	5.891 (530)
CSLL devida Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	5.891 (530) (108)

26. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

26.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.690	18.305
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber - partes relacionadas	27	1.821	17.772
Concessionárias e permissionárias	7	4.729	4.615
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores – terceiros	13	3.134	659
Fornecedores - partes relacionadas	27	319	366

26.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

27. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

Ativo

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber - partes relacionadas	1.821	17.772
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.756	1.239
Distribuição de dividendos pagos a maior	-	16.468
Outros	65	65
Passivo		
	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	319	366
Aluguel (ii)	-	6
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	319	360
Resultado		
	31/12/2020	31/12/2019
Resultado - partes relacionadas	4.274	2.614
Despesa de aluguel (ii)	(82)	(76)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	4.356	2.690

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

28. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

29. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2020	31/12/2019
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	10.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	70.450	35.892
Veículos	Carros	376	376
	- -	90.826	46.268